

A URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DA SOCIEDADE NA BR-163 (CUIABÁ-SANTARÉM)

Chênia Castilho Reis¹
Sônia Regina Romancini²

RESUMO

Este estudo apresenta uma análise do contexto urbano dos municípios de Guarantã do Norte, Novo Progresso, Itaituba e Santarém, que se encontram às margens da BR-163 e sob sua área de influência. As áreas urbanas são importantes objetos de pesquisa, pois é onde afloram os contrastes sociais e as novas relações cidade-campo. O agronegócio em Mato Grosso, as áreas de garimpo, a pecuária e a extração de madeira são atividades conflitantes devido aos seus importantes reflexos socioambientais. O movimento paraense de resistência ao agronegócio marca as diferenças no processo de ocupação desses dois Estados brasileiros. Enquanto que em Mato Grosso as políticas de colonização, lançadas pelo governo federal na década de 1970, incentivavam a monocultura em área de Cerrado, o Pará atualmente apóia-se nas políticas públicas de caráter socioambiental, para fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Contexto urbano. Agronegócio. Conflitos. Desenvolvimento sustentável. Contrastes sociais.

ABSTRACT

This study it presents an analysis of the urban context of the cities of Guarantã do Norte, Novo Progresso, Itaituba and Santarém, that if find to the edges of BR 163 and under its area of influence. The urban areas are important objects of research, therefore it is where the social contrasts and the new relations arise city-field. The agronegócio in Mato Grosso, the areas of I pan, the cattle one and the wooden extration is conflicting activities had to its important partner-ambient consequences. The paraense movement of resistance to the agronegócio one marks the differences in the process of occupation of these two Brazilian states. Whereas in Mato Grosso the

1 Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso.

2 Professora do Departamento de Geografia da UFMT. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

politics of settling launched by the federal government in the decade of 1970 stimulated the cultivation in Open pasture area, today supports itself Pará in the public politics of partner-ambient character, to fortify familiar agriculture and to promote the development sustainable.

Keywords: Urban context. Agricultural businesses. Conflicts. Sustainable development. Social contrasts.

Introdução

A rodovia Cuiabá-Santarém atravessa uma das áreas mais importantes da Amazônia em potencial econômico, diversidade social e biológica. Foi planejada pelos governos militares e construída no ano de 1974 pelo 9^a BEC, no estado de Mato Grosso, e 8^o BEC no estado do Pará, além de contar com o trabalho de empreiteiras que auxiliaram no seu processo de abertura. Foi adotada simultaneamente uma série de políticas públicas com o objetivo de colonizar o Oeste brasileiro e a Amazônia. Essas áreas eram consideradas pelo governo, como grandes “vazios”³ demográficos que necessitavam com urgência serem ocupados visando também a segurança nacional.

Esses espaços não estavam “vazios” como o governo os apresentava. Comunidades indígenas, garimpeiros e pequenos agricultores estavam estabelecidos na região e foram ignorados. Não houve a preocupação em se construir um desenvolvimento que assegurasse a sustentabilidade na região. Áreas imensas de cerrado e de florestas desapareceram para atender unicamente ao apelo capitalista de crescimento econômico. Os sulistas, juntamente com outros migrantes do Brasil, chegam à “terra prometida”, iniciando um processo de criação de novos municípios no estado de Mato Grosso. Cidades surgem com suas plantações, a princípio o arroz, depois a soja. Sobre o tema migração, Piaia (2003) afirma que o estado de Mato Grosso recebeu grandes fluxos migratórios que se dirigiram para a fronteira agrícola e para as áreas de garimpo, que, sob o amparo dos projetos de colonização, ensejaram o surgimento de novos municípios. Em consequência desse processo, o estado de Mato Grosso, com apenas 29 municípios em 1960, viu esse número aumentar para 55, em 1980, para 99, em 1991, alcançando a marca de 132, em 2002 (Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, 2003). Atualmente, 141 unidades administrativas estão distribuídas pelo Estado.

No mês de junho de 2006, um grupo de professores e mestrandos da Universidade Federal de Mato Grosso percorreu a BR-163 até seu término, na cidade de Santarém no Pará, com o objetivo de compreender o contexto que envolve esse importante eixo. Muitas paradas

3 Na década de 1970 o governo brasileiro definia como vazios demográficos os enormes espaços a serem ocupados demográfica e economicamente.

foram necessárias em função da grande extensão do trecho, 1.760 Km, aproximadamente.

A pesquisa se desenvolveu no período de 15 a 30 de junho de 2006 e a metodologia utilizada no trabalho de campo incluiu visitas a órgãos públicos, observações, entrevistas às autoridades e população, coleta de dados oficiais e registros fotográficos. Como requisito parcial de avaliação, a disciplina Organização do Espaço Urbano Regional, ministrada pela professora Sônia Regina Romancini, solicitou uma análise da estrutura urbana dos municípios de Guarantã do Norte, Novo Progresso, Itaituba e Santarém.

O conceito de município (do Latim: *municipium*, antiga designação Romana) aqui empregado é o da divisão administrativa de um Estado ('divisão territorial de determinados países'), distrito ou região, com autonomia administrativa e que se constitui de certos órgãos político-administrativos. Já o conceito de cidade, no Brasil, é o adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o órgão oficial do Governo Federal e responsável pelos censos demográficos. Segundo tal critério, qualquer comunidade urbana caracterizada como sede de município pode ser considerada uma cidade, independentemente do número de habitantes.

Fatos curiosos não passavam despercebidos, como a grande quantidade de pastelarias no município de Jangada. Na cidade de Nova Mutum, a churrascaria de proprietários gaúchos, com funcionários de bombachas e lenços vermelhos no pescoço, evidencia a migração sulista na localidade. As plantações de soja, as empresas do setor agropecuário e os silos às margens da rodovia, em Lucas de Rio Verde, Sorriso e Sinop, refletem a pujança do agronegócio e desperta para as contradições, já muito debatidas, sobre o desenvolvimento do estado de Mato Grosso.

As condições precárias dessa rodovia, principalmente no trecho paraense, têm prejudicado bastante o setor do agronegócio e também as populações locais em geral. Por este motivo, os setores produtivos e as populações que vivem em sua área de influência, reclamam insistentemente sua pavimentação, pois necessitam dessa via para o escoamento de seus produtos e atendimento às necessidades básicas. Por outro lado, sabe-se que a pavimentação da BR-163 desperta preocupações quanto aos possíveis impactos socioambientais, como a aceleração das migrações,

grilagem e ocupação ilegal de terras públicas, assim como a concentração de terras, principalmente no trecho do estado do Pará, que não quer repetir o modelo de desenvolvimento adotado em Mato Grosso.

Sobre esse assunto, na avaliação de Moreno (2005), os incentivos fiscais na Amazônia Legal resultaram num “eficiente” mecanismo de corrupção, concentração de renda e terra, além da degradação ambiental provocada pelos desmatamentos para a implantação dos projetos agropecuários.

Num cenário de tantas contradições, as paisagens revelaram um Brasil multifacetado, rico, pobre, perverso. Muitos “Brasis” dentro do Brasil, mergulhando no desafio de desvendar um pedaço do país através da rodovia Cuiabá-Santarém.

Guarantã do Norte: onde está o Guarantã?

O município de Guarantã do Norte está localizado a 725 Km da Capital, Cuiabá, ao norte do estado de Mato Grosso, na divisa com o estado do Pará. É também onde termina a pavimentação da rodovia.

A população de 30.754 habitantes (IBGE/2008) está distribuída numa área de 4.713 Km², sendo que 75% estão concentrados no perímetro urbano. Foi emancipado do município de Colíder em 13 de maio de 1986. Seu território faz limites com o sul do estado do Pará, e com os municípios de Matupá, Novo Mundo e Peixoto de Azevedo. Em 1980, teve início o Projeto de Assentamento de Colonos - PAC Peixoto de Azevedo. Tratava-se de assentamento de agricultores desapropriados de terras no Rio Grande do Sul, no local da barragem do Rio Jacuí. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e a Cooperativa Tritícola de Erechim - COTREL se uniram para trasladar os gaúchos sem-terra para o norte de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2007).

Em 1981 chegaram as 100 primeiras famílias da Região Sul do Brasil e fundaram a Vila Cotrel, em seguida brasiguaios e brasileiros que retornaram ao Brasil, vindos do Paraguai, por terem suas terras tomadas pelos paraguaios, que os forçou a procurar outras áreas em território brasileiro para recomeçar suas vidas. De acordo com Ferreira (1997), em 1981 surge o Projeto de Assentamento de Colonos – PAC – Braço Sul, para assentar 330 famílias de brasiguaios.

Guarantã do Norte é considerado um pólo regional por oferecer importantes serviços às cidades vizinhas e ao sul do Pará, tais como agências bancárias e comércio diversificado. Dispõe de um Fórum Municipal e de uma Promotoria Pública, inaugurada em fevereiro de 2007. Ao todo, são aproximadamente 800 funcionários públicos. O município ainda conta com entidades como o Lions Clube, Rotary Clube e Maçonaria. É na Avenida Jatobá que predominam os sulistas que trabalham nas mais diferentes atividades.

A energia elétrica do município é proveniente de quatro usinas hidrelétricas, que geram um total de 50 MW. Dispõe de grande potencial turístico devido aos inúmeros rios, cachoeiras, corredeiras com águas cristalinas, praias naturais, sítios arqueológicos, além de uma riquíssima diversidade da fauna e flora. A captação de água para a população se dá através do Rio Braço Sul, que passa por uma estação de tratamento de uma empresa particular, Águas de Guarantã.

A pecuária é uma das principais atividades econômicas, com um rebanho que ultrapassa 300 mil cabeças e uma das maiores bacias leiteiras da região, com uma produção de aproximadamente 22 milhões de litros de leite. Logo em seguida aparece a indústria madeireira, responsável pelo desenvolvimento do município, sendo o setor que mais emprega trabalhadores. Das 60 indústrias madeireiras que existiam, restaram somente 12, fazendo com que se instalasse uma crise no setor. A agricultura é uma atividade que vem crescendo no município, mas que ainda não tem grande representação na economia local. O cultivo do arroz, soja, feijão, milho, algodão e sorgo é realizado pela agricultura familiar. Foram implantados no município duas cooperativas e três laticínios, com industrialização de leite e derivados, além de indústrias no setor de construção civil e agroindústria, a exemplo da fabricação de ração e sal mineral.

De acordo com informações do secretário municipal de Indústria, Comércio, Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico, Valdemir Arana, a maior parte da madeira extraída no município é beneficiada nas indústrias madeireiras da cidade, sendo que grande parte atende ao mercado de São Paulo e Rio de Janeiro, onde é empregada, principalmente, na construção civil. As casas de madeira são muito comuns na cidade, principalmente na periferia, e revelam a atividade extrativista de grande importância na economia local. O déficit habitacional é muito

alto no município. O Residencial Castanheira, localizado no bairro Santa Marta, é um conjunto habitacional com 50 casas, construído pela prefeitura, a custo zero, para as famílias de baixa renda, na tentativa de amenizar o problema de falta de moradias.

O Sr. O. B., proprietário de uma empresa imobiliária, relatou um pouco de suas experiências desde sua chegada à cidade. Saiu do estado do Paraná, em 1984, rumo a Mato Grosso para trabalhar no BEMAT, extinto Banco do Estado de Mato Grosso. Vivenciou o auge do garimpo, principal atividade na década de 1980. Nesse período, um lote urbano chegava a valer 300 mil reais, em dinheiro atualizado. Em 2006, um terreno bem centralizado poderia custar de 80 a 100 mil reais, enquanto que nas áreas periféricas, menos valorizadas, os lotes valiam três mil reais.

A maioria dos fazendeiros mantém uma casa na cidade. O Sr. O. B. também testemunhou a decadência da atividade garimpeira, que foi substituída pelo extrativismo vegetal, fato que impulsionou o crescimento econômico do município, que não parava de receber migrantes do Sul do Brasil. Ao longo de todos esses anos, implantou 18 loteamentos, sendo que ainda há muito espaço para a expansão urbana. Ressaltou que o setor imobiliário está passando por uma forte crise.

O Sr. Frederico, conhecido como Fred, de 51 anos, é um dos primeiros moradores da cidade e proprietário do Fred Hotel, relatou que saiu de sua terra natal, Santa Catarina, em 1979, num ônibus da Empresa São José do Cedro, rumo a Sinop, no estado de Mato Grosso, onde trabalhou no ramo de hotelaria. Lá, ficou sabendo de um projeto de assentamento do INCRA, no norte do Estado. Em 1982, se dirigiu para o lugar que receberia, posteriormente, o nome de Guarantã do Norte e onde permanece até hoje. Nesse período, a Cotrel já estava instalada no local com, aproximadamente, 16 famílias. As irmãs dominicanas prestavam serviços religiosos e assistenciais na comunidade, entre elas destacavam-se Glicia Maria Barbosa da Silva, Vanda Eleusa de Resende e Cleonice Cardoso (FERREIRA, 1997).

Somente o Sr. Fred e o INCRA possuíam gerador de energia. Gentilmente, ele dividia o seu aparelho com os vizinhos. A atividade garimpeira que estava no auge atraía muitas pessoas para as áreas de garimpo. Os ônibus, lotados com garimpeiros doentes por malária, paravam na porta da farmácia para que pudessem receber atendimento.

Mesmo com toda essa dificuldade, ninguém desistia de se embrenhar na floresta para garimpar.

A violência também permeava a população local devido às disputas por bandas, que eram partes das áreas de garimpo, gerando um grande número de assassinatos. O Sr. Fred foi comprador de ouro e prestou relevantes serviços à comunidade. Chegou sem nada, sem nenhum capital e atribuiu ao Plano Collor a crise no setor garimpeiro, pois a desvalorização da moeda prejudicou os negócios no setor. No auge do garimpo, a região foi considerada a segunda Serra Pelada em área, que abrangia as terras de Peixoto de Azevedo, Matupá, Novo Mundo e Garantã do Norte, que era Distrito de Colíder.

As primeiras pessoas que ali chegaram viviam do garimpo e também da criação de gado leiteiro. Essa população recebeu sítios de 42 alqueires. Os impostos, naquela época, eram bem menores e poucos voltaram para suas terras de origem. Independente das dificuldades, a grande maioria dos migrantes preferia ficar no lugar, pois vislumbrava a prosperidade naquelas terras. O INCRA distribuiu lotes, de 600 m² na cidade, e que não podiam ser vendidos. O lote comercial era de 900 m² e havia prazo para se construir.

O Sr. Fred foi o fundador da Associação Comercial, em 1984, e fez parte da Diretoria do Lions Clube. Participou também da fundação do Centro de Tradições Gaúchas, *Última Porteira*, que faz uma apologia ao fato de estar na divisa do estado de Mato Grosso com o Pará. O transporte aéreo era muito utilizado devido às grandes distâncias e precariedade das rodovias. A Amecom Táxi Aéreo e a TABA eram as empresas que prestavam serviços na região. Os acidentes envolvendo as aeronaves eram comuns naquela época.

No enfrentamento de tantas dificuldades, esses homens traziam consigo um sentimento de luta e coragem inquestionáveis. Embora tenham envidado todos os seus esforços na construção do desenvolvimento do estado de Mato Grosso, é preciso que se tenha um olhar crítico para os acontecimentos do passado, a fim de que não se reproduzam os mesmos erros cometidos.

A árvore Garantã que emprestou seu nome ao município e que tem o desenho de seu tronco cravado nas calçadas, é um fato que merece ser questionado. Apenas um pequeno exemplar da planta, com aproxi-

madamente 50 cm de altura, foi encontrado numa praça da cidade. O guarantã é uma árvore típica do norte do Estado, que pertence à família das rutáceas cuja classificação botânica é *Esenbeckia leiocarpa*.

A origem da palavra é tupi e significa madeira dura, resistente, mas não foi suficiente para resistir ao processo de colonização empreendido no município. Assim como a vegetação de uma forma geral, os povos indígenas que ali viviam também sofreram todas as mazelas da colonização. Kreen-akaróre é o nome do grupo que ocupava a região vivendo da caça, da pesca, da coleta direta e da agricultura de subsistência.

Siqueira (2002) relata que após a abertura da BR-163, esses índios foram transferidos para o Parque Nacional do Xingu, fato que os desagradou muito devido à infertilidade do solo e escassez de recursos naturais. No primeiro contato com esses povos a população era de 1.500 índios, diminuindo para 135 em 1975, restando somente 89 indígenas que resistiram, após a transferência, vivendo de forma precária nos arredores da estrada.

Os aspectos negativos da colonização apontam para a busca de formas alternativas e racionais de desenvolvimento que contemplem as populações locais que ainda resistem respeitando os recursos naturais. Dada a complexidade do conceito de desenvolvimento sustentável, Rodrigues (2006), simplifica ao afirmar que o que se pretende é a continuidade do desenvolvimento não só para o presente, mas também para o futuro.

Para a autora, as idéias de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade, referendam que todos os homens são iguais (perante a lei), todos têm o direito universal de “viver num ambiente saudável” e, sobretudo, todos têm a obrigação de garantir um “ambiente saudável” para as gerações futuras. Aprimora-se a forma de ocultar os conflitos de classe, as formas de apropriação das riquezas e a importância do território.

Para Suertegaray (2006), a questão ambiental tem se pautado pelas soluções jurídicas, o estabelecimento de normas e sob práticas de reconstrução, sendo a reconstrução da natureza, sem dúvida, necessária, desde que não se abandone a reflexão sobre nossas ações e as derivações que possam resultar dessa contingência às comunidades denominadas tradicionais.

Enquanto isso não ocorre, a pergunta não se cala: onde está o guarantã?

Novo Progresso: gado, madeira e conflitos

A construção da rodovia Cuiabá-Santarém que em 1973 cortou a floresta Amazônica, foi fundamental para o surgimento de Novo Progresso. Em 1983, era apenas um pequeno povoado, com uma igreja e um campo de futebol. Um ano depois, a descoberta de um rico filão de ouro, atraiu milhares de pessoas à localidade, então chamada Progresso. O extrativismo mineral representou grande mudança na economia do lugar.

Conforme relatos da população, muitos foram os homens e famílias que se dispuseram a enfrentar tantas dificuldades. Dentre eles está o Sr. Surfurino Ribeiro, que promoveu a venda de lotes, tendo como primeiro comprador Antônio Reginaldo Araújo, que construiu um bar e restaurante para atender os ônibus e viajantes, com alimentos e camas para dormir.

O povoado foi elevado à categoria de Município pela Lei Estadual nº. 5.700, de 13 de dezembro de 1991, com território desmembrado de Itaituba e instalado, em 1º de janeiro de 1993, com a denominação de Novo Progresso, que tem o significado de vida nova e desenvolvimento econômico e cultural. O termo “Novo” foi acrescentado para diferenciá-lo de outro município da Federação com o nome de Progresso, situado no estado do Rio Grande do Sul.

A população é composta por pessoas de todas as unidades federativas do Brasil, como Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, migrantes de outros municípios do estado do Pará e muitos nordestinos atraídos no passado pela atividade garimpeira. Hoje, as atividades econômicas predominantes são a indústria madeireira e a pecuária. A agricultura ainda é pouco representativa devido ao estágio de desenvolvimento em que se encontra a área. De acordo com Araújo Neto e Costa Leite (2005), a pecuária é predominante na reestruturação do espaço geográfico. As lavouras são formadas depois das pastagens. Nessa perspectiva, é possível antever que a consolidação da agricultura ocorrerá com o tempo.

O município está localizado a 240 metros de altitude. A população é de 21.598 habitantes (IBGE, 2008) distribuídos em uma área

de 38.162 Km². São nove vereadores atuando na Câmara Municipal. A cidade possui duas agências bancárias, uma do Banco do Brasil e outra do Banco da Amazônia. A Drogaria Catarinense e o Atacado Cascavel revelam a presença dos sulistas no município. O comércio é diversificado e é muito intensa a movimentação de pessoas pelas ruas. Sua principal avenida é a BR-163. A cidade não possui asfalto e a terra vermelha é um incômodo para os moradores que anseiam pela pavimentação. Algumas avenidas possuem canteiros centrais com oitís, planta exótica na região.

Percorrendo as ruas e avenidas da cidade e procurando observar o modo de vida das pessoas, o Sr. Orlando Bianchini, gaúcho de Lajeado, dispõe um pouco de seu tempo para falar do município. Embora tenha nascido no Rio Grande do Sul, foi criado em Santa Catarina e está estabelecido há 18 anos na cidade de Sinop, Mato Grosso. Possui uma loja de móveis no município mato-grossense, sob a responsabilidade de sua esposa, e outra em Novo Progresso. Os produtos que vende chegam todos pela BR-163. Acredita que a economia local já foi muito mais dinâmica e que hoje passa por uma grave crise atribuída pelo assassinato da religiosa Irmã Dorothy, em fevereiro de 2005.

De acordo com Arrais (2005), a norte-americana Dorothy Stang, de 73 anos, foi assassinada a tiros no dia 12 de fevereiro, no município de Anapu, a 140 Km de Altamira, região do Xingu (PA). A missionária, que vivia no Brasil desde a década de 1960 e havia sido naturalizada brasileira há pouco mais de três meses, vinha sofrendo constantes ameaças de morte pelo seu trabalho de reconhecimento internacional pelo direito à terra e em favor das centenas de famílias que vivem em situação de miséria naquela região. Sua morte provocou as mais diversas reações no Brasil e no mundo. Ela foi assassinada por ter enfrentado poderosos, como grileiros e fazendeiros que julgaram estar ela “atrapalhando a vida do município de Anapu”. Irmã Dorothy Stang era membro da Congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur e há mais de 20 anos, junto com 600 famílias de pequenos agricultores, lutava por outro modelo de desenvolvimento para a região. Foi uma das fundadoras da Comissão Pastoral da Terra - CPT, instituição histórica na luta campesina no sul do Pará, região de maior índice, no mundo, de violência no campo.

Essa tragédia atraiu a atenção nacional e internacional para o Pará. Entidades se voltaram para a discussão da sustentabilidade na região

em regime de urgência. É importante ressaltar que a violência é uma marca na região Amazônica, agravada pela negligência do poder público diante de um problema tão sério, como é a questão fundiária brasileira. Devido à notoriedade do fato, o governo vem intensificando ações de fiscalização nas áreas de instabilidade e acelerando a criação das Unidades de Conservação - UCs e Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS.

Em 2005, o governo federal anunciou o maior “pacote ambiental” da história do país, com a criação de mais de 5,2 milhões de hectares em UCs, em toda a Amazônia, e a interdição de 8,2 milhões de hectares para estudos e possível criação de novas áreas protegidas, no sudoeste do Pará, ao longo da BR-163. As medidas são uma resposta à seqüência de assassinatos de lideranças sindicais e de trabalhadores rurais ocorridos no Pará, assim como para a sociedade brasileira que anseia por justiça no campo.

Devido a esses acontecimentos, os grandes fazendeiros criaram um movimento contra a ONG Greenpeace, na tentativa de ludibriar a opinião pública quanto ao trabalho da organização. Procuram disseminar a ideologia de que a entidade é um obstáculo ao “desenvolvimento” econômico do Estado. Divulgam essa idéia através de adesivos, com os dizeres “Fora Greenpeace – Amazônia é dos brasileiros”, que, curiosamente, só são vistos em veículos de tipo caminhonetes.

Intensificadas as fiscalizações pelos órgãos federais, as madeireiras, que operavam de forma irregular, tiveram que suspender suas atividades gerando muito desemprego e estagnação econômica. Para Higa (2005), o extrativismo vegetal, que rende aos exploradores um lucro considerável, tem constituído, juntamente com os desmatamentos para fins agropecuários, práticas agressivas à natureza, com grandes prejuízos socioambientais.

A suspensão das atividades madeireiras gerou opiniões controvérsias na população e no setor produtivo. Embora a crise econômica seja notória, sabe-se que o modelo de desenvolvimento construído através da ilegalidade, da corrupção e da ganância não pode mais predominar no país. Cabe às autoridades governamentais, ao setor produtivo e à sociedade organizada buscar formas de desenvolvimento que contemplem todos os agentes envolvidos.

Gilberto, um catarinense de 30 anos, que estudou até a 3ª série do ensino fundamental, trabalha na maior madeireira da cidade. Morou em Sinop, Mato Grosso, e pretende retornar para lá. Mora no bairro Industrial, pagando meio salário de aluguel por mês, lugar onde praticamente só funcionam madeireiras. Confirma o fato de que muitas delas paralisaram suas atividades, após o assassinato da Irmã Dorothy. Conta que 90% das madeiras do município seguem para Itaituba, para exportação, e o restante vai para São Paulo.

A Senhora Selda, natural de Santarém, chegou a Novo Progresso em 2002 para trabalhar no ramo de padaria e pizzaria. Reside no bairro Santa Luzia, onde está localizado o seu estabelecimento comercial. Viu o movimento cair bastante no último ano por causa da proibição da extração de madeira. Para ela, a cidade de Santarém é muito melhor para morar, pois Novo Progresso oferece poucas opções de lazer. Contudo, precisa ficar no município porque é onde tem trabalho e moradia.

O Capitão Souza, da Companhia Independente da Polícia Militar de Novo Progresso, relatou que, no auge da exploração da madeira e do garimpo na região, a violência era intensa em função das disputas por terras e acerto de contas. A área de prostituição era bastante dinâmica na época.

É importante ressaltar que existe no Pará um movimento separatista muito forte, que visa a autonomia do oeste do Estado, e que foi denominado Estado do Tapajós. Ocupa uma superfície de 722.358 Km², correspondente a 57,64% da área total do Estado. Se for aprovado o projeto, que já está no Congresso Nacional, 25 municípios comporão a nova unidade federativa.

Santarém: a cidade da resistência

De Novo Progresso a Santarém, o grupo fez parada na Comunidade de Caracol, no distrito de Trairão, e na cidade de Rurópolis, devido ao cansaço dos viajantes. Os imensos atoleiros obrigaram os motoristas a estacionar na rodovia por várias horas, até chegar o resgate. Porém, a baixa velocidade dos automóveis, em função da precariedade do trecho, permite bons momentos de contemplação dos trechos de mata fechada, às suas margens. A floresta exuberante, com açaí e palmeiras, é uma atração a parte para aqueles que se defrontam

pela primeira vez com o cenário, e que alerta para a importância da Amazônia, num contexto global.

O governo federal vem fazendo sua parte ao demarcar as unidades de conservação nessa área, tais como a Floresta Nacional do Tapajós, a Reserva Florestal do Palhão, a Reserva Extrativista Tapajós-Arapicums e a Área de Proteção.

A chegada a Santarém foi marcada pelo surpreendente encontro com o Rio Tapajós e sua extraordinária beleza. A cidade revela seu charme nas peculiaridades de seu povo e suas histórias. Os barcos atracados na margem do rio e o dinamismo presente deixam evidente a estreita relação dessa população com o Rio Tapajós. Afluente da margem direita do Rio Amazonas, nasce do encontro dos rios Juruena e Teles Pires (também conhecido como São Manuel), na divisa dos estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso. O Rio Tapajós é o principal curso d'água do município, cortando a porção central da região, de Sul para Norte, numa extensão de 132 km, até desaguar no Amazonas, em frente à cidade de Santarém. Durante esse percurso, o Tapajós atinge a largura de 19 km (em frente a Aramanaí - Município de Belterra). Com suas águas de coloração esverdeada, o referido rio, durante o período de verão, deixa à mostra quase 100 km lineares de praias, ao longo de ambas as margens, constituindo-se em importante atração turística.

A população, de 274.285 habitantes, está distribuída numa área de 22.887 Km², com um perímetro urbano de 77 Km² (IBGE, 2008). A fundação da cidade ocorreu em 22 de junho de 1661, mas só foi emancipada em 1848. A santa padroeira é Nossa Senhora da Conceição. A população é composta por muitos nordestinos e descendentes indígenas, porém a presença dos sulistas e mato-grossenses na região já pode ser percebida.

Santarém faz limites com o município de Alenquer ao norte; Prainha a leste; Juruti a oeste; Monte Alegre a noroeste; Óbidos e Juriti a nordeste; Prainha e Uruará a sudeste e Belterra a sudoeste.

É o centro polarizador do oeste do Pará devido à sua importância econômica. Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, a economia do município de Santarém baseou-se na exportação de cacau, borracha, juta, pimenta-do-reino e na exploração do ouro do

Vale do Tapajós. Hoje, assenta-se na agropecuária, indústrias extrativistas e no comércio. As atividades extrativistas ainda são importantes para a economia do município, predominando a exploração madeireira e a pesca. Além das indústrias ligadas a estes setores, existem ainda em Santarém algumas outras, em sua maioria de pequeno porte, como as torrefadoras de café, olarias, padarias, fábricas de gelo, de sabão, de refrigerantes, de confecções, entre outras.

A agricultura teve grande impulso, nos últimos anos, em especial com a cultura da soja que, em decorrência da construção de um porto graneleiro, nas dependências da Companhia Docas do Pará – CDP, conquistou grande importância na economia local. A atividade comercial absorve cerca de 30% da mão-de-obra economicamente ativa da cidade. O turismo vem se consolidando graças à criação, em 2005, da Secretaria Municipal de Turismo e Integração Regional - SEMTUR, que vem empreendendo políticas e ações no sentido de fomentar ainda mais a atividade no município.

O recurso energético é proveniente da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una, a 72 Km de distância de Santarém, a primeira usina construída na Amazônia, inaugurada em 1977. Um grave problema urbano é a falta de saneamento básico. O acelerado crescimento populacional também é visto como um sério problema de difícil solução. Os trabalhadores do campo que venderam, ou não, suas terras para o grande capital ocuparam os bairros pobres das periferias, adensando ainda mais a pobreza, a exemplo do bairro Novo Horizonte.

A captação de água para a população é feita através de poços artesianos. A presença de urubus nas calçadas, nos telhados e no céu da cidade, é algo bastante curioso, que vale a pena registrar. As explicações para o fato pode ser a coleta ineficiente de lixo, bem como a matéria orgânica abundante, como peixes, por causa do rio. Há muitas ratazanas também. Elas são visíveis durante a noite cruzando pelas ruas e praças.

A cidade dispõe de muitas opções culturais e de lazer, como museus, centros culturais e bibliotecas, praças, além de festas tradicionais, clubes e o Estádio Jader Barbalho, que comporta 14 mil pessoas. Conta com apenas um cinema com capacidade para 447 pessoas e que funciona todos os dias da semana.

O Terminal Aéreo é administrado pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, e situa-se a 15 km do centro da cidade. Funciona 24 horas, com uma média de 95 pousos semanais de vôos regulares. A pista é toda pavimentada, com uma extensão de 2.402 metros. O aeroporto dispõe ainda de Torre de Controle, NDB, VOR/DME, VHF-ER, RECALADA, VASIS, Estação Meteorológica, Operação Noturna e Geradores de Emergência.

As rodovias de acesso a Santarém são a BR-163, que liga a cidade a Cuiabá (MT), a PA-370, que passa pela hidrelétrica de Curuá-Una, e a PA 457, que leva à Vila de Alter do Chão.

O Porto de Santarém foi inaugurado em fevereiro de 1974 e é destinado a operar com navios de grande, médio e pequeno calado. Ainda faltam concluir 40% do projeto original do porto. A Companhia Docas do Pará – CDP, que o administra, é uma empresa ligada ao governo federal, através do Ministério dos Transportes. Está situado na margem direita do Rio Tapajós, na localidade conhecida como Ponta da Caieira. Em fevereiro de 2000, a capacidade do porto aumentou para atracação de navios graneleiros de até 55.000 toneladas. Dali saíram navios para Portugal, Espanha, Holanda e França. Em 2005, saíram do porto 148 mil toneladas de madeira e 848 mil toneladas de grãos pela Cargill, vindos de Mato Grosso, representando grande crescimento do PIB. É importante salientar que esse crescimento não repercutiu na qualidade de vida da população, já que o agronegócio é uma atividade bastante concentradora de renda.

Em março de 2002 foi construído o terminal graneleiro, incluindo instalações de estocagem de grãos, da firma Cargill Agrícola S/A. Esse fato causou muita polêmica envolvendo a comunidade local e as ONGs ambientais, que se posicionaram resistentemente à sua instalação. A presença da empresa no local estimula a produção de soja, vista por grande parte do povo paraense como uma ameaça ao meio ambiente, pois favorece os desmatamentos.

De acordo com Monteiro (2006), apesar da concentração da produção da soja no bioma Cerrado, a expansão da área cultivada pela oleaginosa em área de floresta triplicou de 2003 para 2004. Esse fato leva à preocupação em conter a expansão da soja em território paraense. O autor ainda coloca que a manutenção da floresta depende de investimentos em ciência e tecnologia, na busca constante pelo seu

aproveitamento sustentável. A Cargill ofertou apenas 70 empregos diretos, dos quais apenas 15% são de mão-de-obra local. Autoridades municipais alegam que a empresa em questão não apresentou os estudos nem o relatório de impactos ambientais e por isso sua presença no porto é ilegal.

O Programa Amazônia Sustentável – PAS, criado pelo governo federal, vai empreender diversas ações juntamente com o asfaltamento da BR-163, visando abrandar os impactos ambientais que acompanham o crescimento econômico. A monocultura não é interessante para a região e a população se mostra bem receptiva às ações de cunho ambiental propostas pelo governo. Nessa perspectiva, a atual administração municipal busca priorizar a agricultura familiar.

Conforme dados da Secretaria Municipal de Saúde, Santarém é servida por 40 postos de saúde, sendo que um está localizado na área urbana e 39 na rural; por 10 centros de saúde na área urbana e 05 na área rural; além de um pronto-socorro e 22 equipes do Programa Saúde da Família - PSF.

Os dados do Ministério da Educação e Cultura - MEC informam a existência de 119 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 391 de ensino fundamental e 30 estabelecimentos de ensino médio, incluindo escolas privadas e públicas. A educação superior é ofertada pelas Faculdades Integradas do Tapajós – FIT; Instituto Esperança de Ensino Superior – IESPES; Instituto Luterano de Ensino Superior de Santarém – ILES/ULBRA; Universidade Estadual do Pará; Universidade Federal do Pará e Universidade Vale do Acaraú – UVA.

O Sr. Edvaldo, proprietário de uma construtora é santareno e conta que a verticalização das construções não vem ocorrendo na cidade por falta de mercado. Afirma que o povo tem o hábito de morar em casas e não abre mão desse costume. Existem apenas quatro edifícios com mais de quatro pavimentos, em toda a cidade. Os lotes urbanos possuem, em média, 300 m². Há poucos condomínios fechados e a classe de alto poder aquisitivo está concentrada na área central. Ele observa que o setor da construção civil atravessa uma crise com o desaquecimento do mercado imobiliário.

Dentre tantas atrações turísticas existentes no município de Santarém, uma deve ser destacada pela sua extraordinária beleza, a Vila de

Alter do Chão, localizada na margem direita do Tapajós, distante 30 km de Santarém, por estrada pavimentada (PA-457). O acesso por via fluvial leva cerca de 3 horas, através do Rio Tapajós. Em Alter do Chão existem belas praias de areias brancas, banhadas pelas águas transparentes do Rio Tapajós. À beleza dessas praias se associa ao lendário Lago Verde ou Lago dos Muiraquitãs⁴. A vila de Alter do Chão não oferece apenas atrativos naturais, mas também a tradicional Festa do Sairé, conhecida por apresentar uma mistura de elementos religiosos e profanos, com grande participação popular.

A Vila, ainda conta com áreas para caminhadas ecológicas e áreas com a presença de botos, bem como uma rica e tradicional produção artesanal. Dispõe também de infra-estrutura turística e de apoio como: postos telefônicos e de saúde, pousadas, restaurantes, lojas de artesanato e muitos quiosques e barracas na praça.

Assim como nas ruas de Santarém, em Alter do Chão também é comum encontrar as barracas que vendem o famoso tacacá, um prato típico do lugar, feito à base de tucupi, que é retirado da mandioca, com folhas de jambú, um vegetal muito comum no lugar. Encontra-se com facilidade também o delicioso suco de taperebá, fruta da região.

De Santarém, parte do grupo de pesquisadores decide viajar até Itaituba, de barco, subindo o Rio Tapajós, sentido Norte-Sul. A viagem de 17 horas não chega a ser cansativa, já que as redes permitem o descanso durante o percurso. Os barcos trafegam em dias alternados da semana e possuem como característica dois patamares, onde transportam passageiros e mercadorias. Pela manhã, os barcos começam a ser carregados com mercadorias. Para viajar é preciso que cada passageiro tenha a sua rede, sendo que esta deve ser colocada bem cedo no gancho, para assegurar um “bom lugar” na embarcação. A aproximação

4 Pedra verde que, segundo a crença popular, é um amuleto que foi fabricado pelas Icamiabas ou Amazonas. Conta a lenda, de domínio geral e fora da região, que antes do dia do casamento, as Icamiabas ou Amazonas faziam a festa de Iaci, no lago a que davam o nome de Iacinará. Pouco antes da meia-noite, quando a lua estava quase a pino, dirigiam-se em procissão para o lago, levando aos ombros potes cheios de perfumes, que derramavam na água para purificá-la. Dançavam, cantavam e se atiravam ao lago para o banho purificador. À meia-noite mergulhavam e traziam lá do fundo um barro verde a que davam formas variadas: de rã, peixe, tartaruga e outros. Elas davam esses amuletos aos guacaris que os traziam dependurados ao pescoço, enfiados numa trança de cabelo das noivas. Depois de secos, os Muiraquitãs ficam duros como ferro. A “Mãe das Pedras Verdes” é que lhes dava o barro no fundo do lago e foi quem lhes ensinou a fabricar os amuletos. Os Muiraquitãs são artisticamente confeccionados em jadeíte, nefrite, ardósia, diorito, estratite, pedra-cristal e guardam várias formas: cilíndricas, antropomorfas e zoomorfas. Os de cor verde e forma batraquiiana são os mais afamados, mas existem igualmente, e em maior número, os de cor de azeitona, de cor leitosa, de cor escura, dependendo do material que foi empregado na sua confecção (SANTARÉM, 2005).

das pessoas é inevitável devido à grande quantidade de redes, o que favorece os diálogos. Há também um bar que vende lanches e bebidas. O café da manhã é oferecido aos passageiros como cortesia.

Essa feliz experiência, certamente, marcou a vida dos viajantes que tiveram a rara oportunidade de navegar sobre as águas do belíssimo Rio Tapajós.

Itaituba: ouro versus desenvolvimento

O barco, que saiu de Santarém às 16 horas, atracou na Estação Hidroviária de Itaituba, na manhã do outro dia. A estação, denominada Terminal Hidroviário Dr. Almir Gabriel, completou 150 anos em dezembro de 2006. O nome Itaituba é de origem Tupi e significa “lugar de pedregulhos”.

A população de 118.194 habitantes está distribuída numa área de 62.041 Km² (IBGE, 2008). A Prefeitura Municipal questiona a contagem do IBGE, alegando que o número de habitantes chega a 150 mil. Acredita que o censo foi mal realizado por razões políticas, pois as áreas rural e garimpeira ficaram fora da contagem. As dificuldades em percorrer toda a área municipal também pode ter atrapalhado o trabalho dos recenseadores. Declaram que o poder público municipal não tem como dispor de logística para a realização do censo.

A principal atividade econômica do município é o extrativismo mineral, com muitas áreas ainda inexploradas, com uma imensa diversidade de minerais, como ouro, cobre, chumbo, zinco, níquel, paládio, cassiterita, tantalita, calcário, diamante, ametista e turmalina (ITAITUBA, 2006). As áreas de garimpo são controladas por órgãos federais. Aproximadamente, 7 mil garimpeiros estão cadastrados na prefeitura, fora os que atuam na clandestinidade.

Além do garimpo, também é praticada a pecuária que vem se consolidando nos últimos anos, com o gado de corte e inseminação artificial de rebanho bovino. O gado sai vivo da região, através de balsas, até Manaus, porém já está sendo construído um frigorífico no município para atender a demanda. A extração da madeira diminuiu em função das medidas de contenção do governo federal, assunto já tratado nesse trabalho, embora nunca tenha sido uma atividade expressiva para a economia do município. A pesca e a agricultura são de subsistência e economicamente pouco significativas.

Nesse contexto Siqueira (2002) afirma que, geralmente, as pessoas abandonam o trabalho na lavoura para se dedicar à mineração, o que justifica muitas vezes a estagnação econômica posterior à “febre” do ouro, mostrando que essa opção de economia, historicamente, não tirou as populações da situação de pobreza.

Mesmo assim, ainda há um forte movimento das autoridades locais em regulamentar o extrativismo mineral, pois consideram que a exploração de forma racional pode significar crescimento econômico e diminuição das taxas de desemprego (ITAITUBA, 2006).

A população é composta por indígenas, mestiços, e muitos nordestinos, principalmente dos estados do Maranhão e do Ceará. Há dois aldeamentos indígenas do povo Munduruku. Os índios estudam nas escolas do município e estão inseridos na sociedade, ou porque residem ou porque trabalham na área urbana. Há inclusive uma escola localizada na Praia do Mangue que desenvolve um trabalho de valorização da cultura indígena até a 4ª série do ensino fundamental. As pessoas cearenses se direcionaram para as atividades comerciais, enquanto que a população que veio do Maranhão se concentrou nas áreas mais pobres da periferia, nos bairros de Vila Nova, Vila Caçula, Piracaná e “Invasão da Coca”, terreno que pertencia à empresa Coca-Cola. Nesses bairros, há muitos desempregados e prestadores de serviços não-qualificados, que dependem, muitas vezes, do assistencialismo do poder público municipal, estadual e federal. Os sulistas, embora em número reduzido, estão presentes nas atividades agropecuárias que exigem mais capital e melhor qualificação da mão-de-obra. O comércio, os serviços e a administração pública são os setores que mais empregam mão-de-obra no município (ITAITUBA, 2006).

Assim como nas demais áreas garimpeiras, em Itaituba há um alto índice de prostituição adulta e infantil, além de muitos jovens com dependência química. Os grupos de jovens que promovem a violência vêm aumentando na cidade, assim como os problemas urbanos, que já são muitos. A cidade não dispõe de muitas opções de lazer. Cinema, teatro ou shopping center só são encontrados em Santarém ou Belém.

Também é desprovida de saneamento básico e a captação de água é feita através de poços artesianos. Não há serviço de transporte coletivo e nem de moto-táxi, devido à forte resistência entre os taxistas. O

município não possui casas populares, nem condomínios residenciais fechados, e nem mesmo edifícios. Há um projeto da prefeitura para a construção de 500 casas populares. O *déficit* habitacional é grande. A camada de renda mais alta está concentrada no centro da cidade.

Segundo informações obtidas no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, unidade de Itaituba, o setor da construção civil está aquecido, embora as construções sejam muito irregulares. Estão em andamento muitas edificações de classe média e também obras públicas. A população aguarda ansiosamente a realização de diversos projetos, como a construção de um presídio de segurança máxima, do prédio do corpo de bombeiros, sinalização de trânsito vertical e horizontal e a reforma do estádio de futebol. Essas ações deverão dinamizar ainda mais esse setor e empregar muitos trabalhadores.

A Avenida Hugo de Mendonça é uma das mais movimentadas. Possui um comércio diversificado com lojas de calçados, confecções, brinquedos, armarinhos, cosméticos, materiais para construção, móveis e eletrodomésticos, sorveterias, relojarias, lanchonetes e prestação de serviços. A Rua 13 de Maio é a dos bancos e de comércio de ouro. Na Avenida Transamazônica está presente o comércio, que exige áreas mais amplas para sua instalação, como o de autopeças, oficinas mecânicas, materiais para construção, pneus, postos de gasolina, lojas de consórcio, de venda de motos, de baterias, comércio de madeiras, distribuidora de bebidas, supermercado, churrascarias, auto-escola, farmácia. Nessa avenida há trechos de várzea não edificada, uma pista para caminhada, além da sede da polícia civil.

No retorno a Cuiabá, o grupo pernitoou em Novo Progresso, seguindo viagem para o Campo de Provas Brigadeiro Veloso, da Força Aérea Brasileira, localizado na Serra do Cachimbo. Foi uma importante etapa do trabalho, pois foi possível estabelecer o contraste da falta de estrutura da BR-163 e a alta tecnologia presente no CPBV. É uma importante área de exercício da FAB. A "Base do Cachimbo" está instalada no sul do Pará e abrange uma área quase do tamanho do estado de Sergipe, 21.588 Km². A sua área de atuação inclui os municípios de Itaituba, Novo Progresso, Jacareacanga e Altamira. Ali se desenvolve o ensaio de armamentos, artefatos bélicos, experimentos, testes e manobras das Forças Armadas. É proibida a entrada de pessoas não autorizadas em toda a extensão do CPBV.

Os militares que trabalham no local contribuem para a preservação da soberania aeroespacial do país. Aproximadamente, 200 pessoas trabalham na base, aumentando para 400 no período de manobras. É um importante ponto de apoio pela sua posição estratégica para pouso e abastecimento de aeronaves. Oferecem apoio logístico às unidades aéreas em operação na área e são responsáveis pela manutenção da integridade do comando da Aeronáutica na Serra do Cachimbo. Tem como missão assegurar também a integridade da Amazônia, desenvolvendo ainda ações sociais, oferecendo assistência médica, odontológica e material escolar para as comunidades locais.

Considerações finais

Percorrer os 1.760 Km da BR-163, entre Cuiabá e Santarém, em apenas quinze dias, tornou-se um grande desafio. Foi uma experiência, que certamente, ficará gravada na memória daqueles que empreenderam essa viagem de estudo.

O primeiro trecho, Cuiabá a Guarantã do Norte, confirmou o que já se sabia sobre a expansão da soja no norte mato-grossense. Tudo o que se vê lembra o agronegócio e a colonização sulista que promoveu esse crescimento econômico. A natureza deu lugar aos tratores que prepararam a terra para o arroz, primeiramente, e para a soja, logo em seguida. Hoje, o algodão também se destaca na produção do Estado. As comunidades indígenas não só foram excluídas desse processo, mas chegaram quase à extinção.

A soja surge como uma das principais dinamizadoras do re-ordenamento espacial, principalmente no Brasil Central. A viagem permitiu um confronto de informações, bem como refletir sobre o modelo de desenvolvimento planejado para o Brasil nos últimos 30 anos. Na verdade, o que se pretendia, enquanto política de “desenvolvimento” para esse “novo” modelo de agricultura, era criar um protótipo de empresário agrícola do tipo urbano, que fosse um consumidor para o modelo técnico produtivo que se iria implantar a partir da década de 1970. Os grandes silos, revendas de máquinas e insumos agrícolas, presentes às margens da rodovia, representam exatamente o modelo técnico produtivo, consumido de forma intensa pelos fazendeiros-empresários com suas caminhonetes.

A princípio, se pensava que o asfalto seria o limite para a expansão da soja, porém o que se constatou é que a monocultura chega onde houver acessibilidade, mesmo quando a infra-estrutura é precária. É possível afirmar que a acessibilidade é mais vital na produção de localizações do que a disponibilidade de infra-estrutura. Embora a logística seja o grande ponto de apoio do agronegócio, ela chega posteriormente à demanda. A expansão humana e produtiva acompanha a abertura de estradas, mesmo havendo muitas reações contrárias a esse modelo de produção, principalmente no lado paraense, porém a tendência é que ela se consolide cada vez mais na Amazônia. É fato que o poder público, em todas as suas esferas vem adotando medidas preventivas no sentido de barrar o desenfreado crescimento dessa modalidade agrícola. As comunidades do Norte já sabem que o agronegócio não melhorou a distribuição de renda, pelo contrário, a concentração chega a ser perversa. Cabe aqui salientar que sob o impulso da competitividade globalizadora, produzem-se egoísmos locais ou regionais exacerbados, justificados pela necessidade de defesa das condições de sobrevivência regional, mesmo que isso tenha que se dar à custa da integridade nacional. Essa força ideológica da agricultura “moderna” não poupou os cerrados do Centro-Oeste, mas a floresta reage e ganha força com os movimentos sociais e organizações não governamentais que se manifestam, principalmente, na cidade de Santarém. Por esse motivo, não é exagero apontar Santarém como a cidade da resistência.

Outra caso merecedor de análise é a proposta de implementação da atividade garimpeira em Itaituba. Muitas áreas de garimpo foram abandonadas depois do auge da atividade. Atraem muita pobreza e barra o desenvolvimento de outras atividades. A pergunta que se faz é: Será que o poder público municipal conseguirá racionalizar a atividade? É difícil responder, porque de qualquer forma muita coisa mudou. Resta então, acreditar que o município será capaz de desenvolver seu próprio projeto de desenvolvimento, racionalizando a exploração de seus recursos naturais.

É importante esclarecer que a expansão e consolidação da soja, por si só, não são causadores diretos da pobreza, uma vez que o poder público responde por grande parte dessa responsabilidade, visto que omissos e incompetentes na hora de criar projetos e desenvolver ações que atendam às necessidades das classes de baixa renda. Programas

que promovem a agricultura familiar, por exemplo, é uma boa alternativa para as famílias excluídas do grande plano de desenvolvimento do Brasil para as últimas décadas.

Os povos da floresta também necessitam do apoio e proteção do Estado para que possam se sustentar dentro dela, livres das ameaças de fazendeiros, madeireiros, grileiros e garimpeiros que, geralmente, assumem uma conduta extremamente nociva para a Amazônia. Casos como o de Chico Mendes, no Acre, e Irmã Dorothy, no Pará, representam a luta de classes onde o grande capital ainda é o que vence nessa guerra de interesses. Resta saber se esse tipo de acontecimento permanecerá nas manchetes dos jornais ou se a sociedade brasileira reserva para si mudanças estruturais profundas, pois somente a partir daí poderemos vislumbrar um Brasil com menor índice de injustiças sociais.

Referências

- ARAÚJO NETO, Mário Diniz de; LEITE, Cristina M. C. Desenvolvimento sócio-econômico no contexto da região Centro-Oeste. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza C. S. (Orgs.) **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- ARRAIS, Amauri. **Irmã Dorothy é assassinada**. Disponível em http://www.diariodopara.com.br/Edicoes/2005/02/14/Cidades/Ci_04.asp. Acesso em: 28 jul. 2006.
- DIÁRIO VERMELHO. **Operação Curupira: Crise no setor madeireiro é tema de debate em Cuiabá**. 09/10/2005. Disponível em http://www.vermelho.org.br/diario/2005/1009/1009_madeireiros-mt.asp Acesso em: 27 fev. 2007.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIAS. **Cidades do Pará**. Disponível em http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br/mt/htm0/mt14_31.htm. Acesso em: 16 out. 2006.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado da Cultura, 1997.
- HIGA, Tereza Cristina C. de S. A reordenação do território. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza C. S. (Orgs.) **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 12 jul. 2008.

ITAITUBA, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Mineração e Meio Ambiente. **Projeto “Cuide do Seu Tesouro”**. Itaituba, 2006.

ITAITUBA, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Planejamento. **Súmula de informações**. Itaituba, 2006.

MATO GROSSO, Assembléia Legislativa do Estado de. **Desigualdades regionais em Mato Grosso**. Cuiabá: Assembléia Legislativa, 2003.

MATO GROSSO, Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso. **PGJ inaugura sede das promotorias de Guarantã do Norte**. 22/02/2007. Disponível em http://www.pge.mt.gov.br/novosite2/noticias_gerais.php Acesso em: 27 fev. 2007.

MONTEIRO, Jorge Luiz Gomes. Desmatamento na área de influência da BR-163. In: BERNARDES, Júlia Adão; FREIRE FILHO, Osni de Luna (Orgs.) **Geografias da Soja: BR 163: fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006.

MORENO, Gislaene. A inserção de Mato Grosso na economia nacional. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza C. S. (Orgs.) **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

PAPÃO NET NOTÍCIAS. **Paraense é o torcedor do país mais apaixonado por futebol**. 05/05/2003. Disponível em <http://www.papao.net/noticia/noticia.asp?id=346> Acesso em: 20 fev. 2007.

PEIXINHO, Dimas Moraes. A espacialização da soja em Mato Grosso. In: BERNARDES, Júlia Adão; FREIRE FILHO, Osni de Luna (Orgs.) **Geografias da Soja: BR-163: fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2006.

PIAIA, Ivane Inêz. **Geografia de Mato Grosso**. 3. ed. rev. amp. Cuiabá: EdUNIC, 2003.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento sustentável: dos conflitos de classes para o conflito de gerações. In: SILVA, José Borzachiello da; LIMA, Luiz Cruz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Orgs.). **Panorama da geografia brasileira II**. São Paulo: Annablume, 2006.

SANTARÉM, SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE. **Inventário do Município - 2005**. Santarém-PA.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SUERTEGARAY, D. M. A. Questão ambiental: produção e subordinação da natureza. In: SILVA, José Borzachiello da; LIMA, Luiz Cruz; DANTAS,

Eustógio Wanderley Correia (Orgs.). **Panorama da geografia brasileira II**. São Paulo: Annablume, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Cidade e município**. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade>. Acesso em: 05 dez. 2006.